

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INTERNA DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE PRESIDENTE KENNEDY**

**PUBLIC POLICIES OF INTERNAL EVALUATION OF THE MUNICIPAL
EDUCATION NETWORK OF PRESIDENT KENNEDY**

FERREIRA, BRUNA MENEGUELLI DA HORA

1- PMPK/EMEIEF DE JAQUEIRA “BERY BARRETO DE ARAUJO”; 2 - PMPK/SEME; 3 -
PMPK/PROJETO KENNEDY EDUCA MAIS

bruninha-meneguelli@hotmail.com

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo teve por objetivo verificar a qualidade do ensino e os benefícios de uma prática avaliativa nas escolas da rede municipal de ensino, no município de Presidente Kennedy.

O município tem como parâmetro na elaboração do seu próprio currículo escolar, a Base Nacional Comum Curricular do Governo do Estado do Espírito Santo.

O município dispõe de uma equipe de professores responsáveis pelo ensino fundamental anos iniciais e de professores de áreas específicas do ensino fundamental anos finais, dos quais se reúnem anualmente para estudo do currículo escolar, fazendo as adaptações necessárias, de acordo com

calendário escolar, livro didático e a realidade do município. Sendo assim este documento é utilizado no planejamento dos professores para o desenvolvimento de suas aulas.

Para analisar este desenvolvimento, a Secretaria Municipal de Educação criou uma avaliação interna, o simulado mensal, cuja prática desta avaliação, garante a aplicabilidade do currículo de forma unificada nas escolas da rede municipal.

Os profissionais do ensino fundamental anos iniciais se reúnem quinzenalmente no espaço do Projeto Kennedy Educa Mais, com pedagogos, e os do ensino fundamental anos finais, com os professores de cada disciplina: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, arte, inglês e educação

física com a finalidade de planejar as aulas, discutir o rendimento escolar dos alunos, elencar sugestões para melhoria, listar conteúdo dos quais serão cobrados nos simulados como forma de avaliação interna que é aplicada nas escolas, com a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos, desta forma há um acompanhamento na atuação dos docentes, pedagogos e gestores no processo de cumprimento do currículo escolar.

O Projeto Kennedy Educa Mais é composto por diversos profissionais da área da educação, responsáveis pela aplicação do simulado nas escolas da Rede Municipal de Ensino, que se dividem em três escolas Polos e onze escolas do Campo.

As escolas polos possuem seis turmas de 1º ano, cinco de 2º ano, sete turmas de 3º ano, seis de 4º ano, sete turmas de 5º ano, dez turmas de 6º e 7º ano, nove turmas de 8º ano e seis turmas de 9º ano. As escolas do Campo possuem nove turmas de 1º, 2º e 3º ano, cinco turmas de 4º e 5º ano.

Há um cronograma de aplicação de provas de acordo com o quantitativo de turmas e alunos, onde cada turma dispõe de dois aplicadores.

Após cada aplicação do simulado, a equipe se reúne para as correções das avaliações, posteriormente análise do aluno que alcançou maior aproveitamento mediante os critérios estabelecidos pela equipe. É realizada a tabulação, com gráficos do rendimento dos alunos por turma. A tabulação é enviada para as escolas para

que estas possam ser analisadas com seus respectivos professores.

A equipe realiza uma cerimônia de homenagem simbólica, para todos os alunos da rede municipal de ensino que cumpre aos critérios de exigências classificatórias, como forma de incentivo a aprendizagem.

II. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INTERNA

Segundo Celso (2002), políticas públicas são diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do estado. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação, sobre tudo, em seus resultados, formas de exercícios de poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Políticas públicas são artes de governar para o povo, em buscas de melhorias em prol de toda uma sociedade, são diretrizes, princípios norteadores de ações do poder público, com regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade.

Políticas públicas visam à ampliação e efetivação de direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Tem o papel regulador das relações econômico-sociais, são constituídos fundos públicos

para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais. Essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem Estar Social, cujo aparto cresceu muito, levando a uma relativa distribuição de renda e ao reconhecimento de uma série de direitos sociais, mas também a um controle político burocrático da vida dos cidadãos considerados como objetos, como meros consumidores de bens públicos.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesse.

Entende-se que a participação da sociedade é fundamental para que haja um crescimento da mesma. Alguns analistas afirmam que só há mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas quando ocorre mudança nas elites políticas, na composição do poder político. Ocorrendo as mudanças, podem-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição legitimadas por um amplo consenso e que tenham abrangência maior que os interesses corporativismos ou setoriais, e não de mera crítica.

Em se tratando da área educacional, entende-se que avaliar é uma etapa fundamental para aperfeiçoar as políticas públicas e aprimorar a elaboração de recursos e a qualidade do gasto público,

visando melhorar a prestação de serviços a sociedade.

Ainda hoje, a avaliação, infelizmente, tem tido a função de julgadora, somativa ou classificatória, que identifica acertos e erros para premiar ou punir. No entanto, ela pode funcionar como diagnóstico ou como exame; como pesquisa ou como classificação; como instrumento de inclusão ou de exclusão; como canal de ascensão social ou como critério de discriminação.

Sendo que, a predominância do caráter classificatório ou diagnóstico, vai depender do contexto que envolve todo âmbito educacional. E como vivemos em uma sociedade dominada pelo modo de produção, cuja tendência estrutural é a produção e a reprodução da desigualdade, é esse caráter que predomina em nossos processos de avaliação da aprendizagem.

Constantemente a avaliação educacional é centrada no desempenho do aluno, por meio de provas e traduzida em escala classificatória de notas ou menções. Neste contexto, quando o aluno não aprende a causa é atribuída somente a ele. Porém, paulatinamente, com as discussões da qualidade da educação, a análise das discussões institucionais do trabalho pedagógico vem ganhando força, pois mais do que a dimensão que tomou o que e quanto o aluno aprendeu, é primordial investigar o significado do aprendizado e os fatores, que determinam o desempenho do próprio processo de aprendizagem. Estes não mais focados somente no aluno, mas

principalmente nas políticas públicas e no processo pedagógico.

Todavia, neste contexto, ganha centralidade a avaliação institucional, isto é, a qualidade da educação, associando o desempenho do aluno às políticas públicas e às condições institucionais da aprendizagem.

A avaliação institucional e de aprendizagem se dirigem para um só objetivo: a qualidade sociocultural e socioambiental da educação que contribuem na determinação da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, sendo que, uma não tem razão de existir sem a outra. A avaliação institucional se dá a partir da análise de dois aspectos: a visão interna e externa dos envolvidos.

A avaliação interna se define como a auto avaliação de caráter diagnóstico e tem como finalidade identificar os pontos positivos e negativos, os limites e possibilidades e as estratégias de ação segundo a percepção dos sujeitos internos. É o olhar para si mesmo, para se conhecer. A avaliação interna precede a avaliação externa e será primordial como processo de auto avaliação.

A qualidade da educação é preocupação constante de todos os envolvidos na educação, com isso o município tem buscado alternativas diante do baixo nível do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nas escolas da rede municipal de ensino no município de Presidente Kennedy.

O primeiro passo tomado pela Secretaria Municipal de Educação foi criar o Projeto Kennedy Educa Mais, onde profissionais da educação estudam meios, técnicas para a melhoria do processo educacional no município.

III. INOVAÇÕES NO PROCESSO AVALIATIVO

O processo educacional vem se inovando no decorrer dos anos, e adquirindo uma nova roupagem que se adapta às mudanças da sociedade no geral, cada vez mais os profissionais que compõem a educação saem em busca de novos saberes.

Segundo Cláudia Maria Francisca Teixeira, inovar é preciso, sendo assim a inovação é algo fundamental para o avanço do processo ensino aprendizagem.

Introduzir uma inovação educativa implica uma mudança planejada com o propósito de dotar de capacidade a organização, instituição ou sistema, para satisfazer os objetivos que motivam a própria inovação. Assim inovação educacional pode ser entendida como a busca de respostas aos desafios presentes na dinâmica dos processos escolares, a partir da análise e reflexão que se faz do contexto sócio cultural e efetivas contribuições que tais inovações podem oferecer para enfrentar estes desafios.

A inovação não é uma mudança qualquer. Ela tem um caráter intencional, afastando do seu campo as mudanças produzidas pela evolução “natural” do

sistema. A inovação é, pois, uma mudança deliberada e conscientemente assumida, visando uma melhoria da estação educativa, não é uma simples renovação, pois implica uma ruptura com a situação vigente mesmo que seja temporária e parcial. Inovar faz supor trazer à realidade educativa algo efetivamente “novo”, ao invés de renovar que implica fazer aparecer algo sob um aspecto novo, não modificando o essencial.

A Secretaria Municipal de Educação está sempre atenta às inovações que norteiam a educação, e que venham trazer benefícios ao processo ensino aprendizagem. Assim sendo, adotou-se um processo de avaliação interna para toda a rede municipal de ensino, cujo objetivo é unificar o currículo escolar, de forma que todas as instituições de ensino deste município estejam alinhadas ao conteúdo curricular, para isso a equipe pedagógica de área, acompanha a prática docente e seus planejamentos diariamente, bem como a aplicação e análise da avaliação interna, o simulado. Foi constatado que através do método avaliativo, houve um avanço considerável no processo ensino aprendizagem.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão vale destacar a evolução do processo avaliativo no município de Presidente Kennedy como políticas públicas na educação, para isto houve uma

trajetória significativa na aplicabilidade das avaliações.

No decorrer de uma avaliação e outra foi constatado que os alunos de 1º Ano não sabiam a transição da letra “palito” para a letra cursiva, sendo que de acordo com o currículo escolar municipal já deveriam ter noção desta transição de letras. Sendo assim, a equipe pedagógica se valeu desta lacuna, nomeando critérios no processo avaliativo de forma que o professor trabalhasse efetivamente em sala de aula a dificuldade do aluno, uma vez que seria cobrado no simulado. Com isso, o produto final resultou em 80% dos alunos de 1º Ano identificando e transcrevendo a escrita cursiva.

Para os anos seguintes também foram criados critérios mediante a deficiência na produção textual, o aluno ao final de cada avaliação do simulado deveria escrever um texto mediante a imagem proposta. Diante de tal exigência, a necessidade de trabalhar as produções textuais se tornou essencial na sala de aula, resultando em um avanço considerável no processo ensino aprendizagem.

A Secretaria Municipal de Educação através desta avaliação interna mudou o perfil do educador na sala de aula, com as exigências no processo avaliativo em toda rede, norteando a sua prática docente de forma que o ensino ocorra no mesmo âmbito em todas as escolas.

V. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1- BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.). Avaliação Institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.
- 2- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. Brasília: Diário Oficial, 20 de dezembro de 1996.
- 3- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.
- 4- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. AATR-BA. 2002.